

# Comité de Representantes



Asociación Latinoamericana  
de Integración  
Associação Latino-Americana  
de Integração

DISCURSO DO DOUTOR RODRIGO BORJA,  
PRESIDENTE DA REPUBLICA DO EQUA  
DOR, NA SEDE DO SISTEMA ECONOMICO  
LATINO-AMERICANO (SELA) EM REPRE  
SENTAÇÃO DOS CHEFES DE ESTADO DA  
AMERICA LATINA E DO CARIBE

ALADI/CR/di 224  
REPRESENTAÇÃO DO EQUADOR  
14 de março de 1989

17 - ALADI

Senhor Secretário-Geral,

Tenho o prazer de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de enviar-lhe o texto do discurso pronunciado pelo Doutor Rodrigo Borja, Presidente da República do Equador, na sede do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), em representação dos Chefes de Estado da América Latina e do Caribe, que se reuniram em Caracas para a posse do Senhor Presidente da República da Venezuela, Doutor Carlos Andrés Pérez.

Agradeceria que esse discurso fosse levado ao conhecimento das Representações dos demais países-membros pela importância que significa para o processo de integração regional.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais distinta consideração. (a) Fernando Ribadeneira, Embaixador, Representante Permanente do Equador junto à ALADI.

A Sua Excelência o Senhor  
Contador Norberto Bertaina,  
Secretário-Geral da ALADI

Nesta

//

"Desejo agradecer muito cordialmente a honra de ser o porta-voz da América Latina e do Caribe nesta reunião que, para tratar questões de nossa unidade regional, organizou o Sistema Econômico Latino-Americano por ocasião da grande festa democrática da Venezuela e ao calor da grata hospitalidade de seu povo.

Nesta oportunidade, corresponde lembrar que há quinze anos os ilustres Presidentes da Venezuela e do México, Carlos Andrés Pérez e Luis Echeverría, com grande visão de futuro, olhando um mundo crescentemente interdependente e economicamente vinculado, consideraram como imperativo da América Latina e do Caribe forjar um organismo que coordene e reúna os esforços dispersos dos países da região e os canalize para a consecussão das metas comuns.

Não resisto a tentação de estabelecer um paralelismo entre o milenário processo da formação das sociedades humanas e o processo contemporâneo de formação das sociedades de estados. Há certamente ali uma linha paralela: o homem, ser incompleto e insuficientemente dotado para enfrentar as necessidades de sua própria subsistência, formou ao longo do tempo sociedades humanas e nelas se inseriu. Aconteceu a mesma coisa com os Estados que, isolados, resultam também insuficientemente dotados para fazer frente aos grandes problemas que apresenta o mundo contemporâneo e cuja resolução excede em muito a capacidade dos estados individualmente considerados.

Rousseau, ao explicar que a liberdade do homem não ficava sacrificada com sua inserção na sociedade, afirmou que "dando-se cada um a todos, não se dá a ninguém em particular, e como não há sócio algum sobre quem não se adquira o mesmo direito que a pessoa ceda sobre si, ganha-se nesta mudança o equivalente de tudo o que a pessoa perde e uma força maior para conservar o que a pessoa tem".

Acontece a mesma coisa com a liberdade dos estados, que se chama soberania. Delvecchio explica que "a relação de sociabilidade entre os estados, como a relação de sociabilidade entre os indivíduos, deve aceitar-se como corolário de uma lei ética fundamental". E acrescenta que dessa maneira ficam asseguradas a liberdade e a soberania, já que "a aparente antítese entre liberdade e subordinação à lei há tempo foi superada pela filosofia, e somente os espíritos superficiais podem crer que a verdadeira liberdade consiste na infração arbitrária das leis".

A verdade, evidentemente, é a contrária: "somente obedecendo a lei de nossa natureza somos verdadeiramente livres. Assim, a soberania do estado se afirma verdadeiramente como tal somente quando o estado não renega de seu suposto essencial, isto é, de sua qualidade de participante de uma possível e necessária sociedade de estados, que não pode desconhecer sem renegar de sua própria natureza".

Responde a esta filosofia a criação do SELA, cuja iniciativa pertence ao Presidente Carlos Andrés Pérez.

O mundo enfrenta hoje problemas que superam as fronteiras nacionais. São ameaças comuns que exigem respostas dadas em comum. A manutenção da paz e da segurança internacional, o desenvolvimento econômico e social dos povos, a inflação internacional e os desajustamentos cambiais e monetários, a defesa do meio ambiente e, no caso específico da América Latina, a questão da dívida externa, a assimetria do comércio exterior, o narcotráfico (qualificado como "inimigo mor

//

//

tal da democracia" pelo Presidente Barco), a subordinação científica e tecnológica, a pobreza crítica que sofrem grandes massas latino-americanas, a criação do novo ordenamento econômico internacional e inclusive a manutenção da democracia como forma organizacional da sociedade, são outros tantos problemas cuja solução exige uma muito firme concertação internacional.

A isto deve acrescentar-se a questão da viabilidade nacional e da viabilidade de coletividade, tão magistralmente exposta por Helio Jaguaribe, para recomendar a integração econômica dos estados e a formação de eficientes esferas de ação.

Sem dúvida, o maior problema de nossa América é a dívida externa; há sete anos ensaiamos sem êxito todo tipo de fórmulas para resolvê-lo. Acredito que chegou o momento de expressar com total franqueza que nos é fisicamente impossível atender as necessidades de nossos povos e ao mesmo tempo pagar a amortização e os juros da dívida externa. Fazemos uma coisa ou a outra, mas não poderemos fazer as duas coisas simultaneamente. Não se trata de que não queiramos pagar, se não que não podemos fazê-lo a não ser que se encontrem fórmulas não convencionais, ao alcance das possibilidades de pagamento da região.

Não se pode compreender o problema da dívida, do ponto de vista latino-americano e do Caribe, a não ser que se leve em conta:

1. Que a dívida não é hoje um problema financeiro, embora o tenha sido em seu início, mas um problema político porque dela dependem o nível de vida, a paz e o bem-estar de mais de 350 milhões de latino-americanos e a viabilidade de nossos regimes democráticos.
2. Que não é um problema isolado, desvinculado das relações norte-sul e do atual ordenamento econômico internacional, senão que está inserido na dinâmica de dominação e dependência em que se desenvolvem nossos países.
3. Que não é um problema somente dos devedores, mas de responsabilidades compartilhada com os credores.
4. Que a dívida externa não é a única que temos: há também uma dívida social que devemos pagar com prioridade a nossos povos.

Por conseguinte, devemos encontrar fórmulas imaginativas, novas e equitativas, para dar solução duradoura e estável ao conflito da dívida, para o qual se deve invocar uma melhor compreensão da situação latino-americana a nossos credores.

O Sistema Econômica Latino-Americano, penso eu, tem a ineludível obrigação de definir estratégias de desenvolvimento econômico e social para a última década do século vinte, uma vez que a década de oitenta foi uma década perdida para o desenvolvimento da região, segundo afirma a CEPAL. Nos últimos sete anos foram transferidos para o exterior 150 bilhões de dólares líquidos, isto é, nossos países perderam mais de 20 bilhões de dólares por ano. Com esta drenagem de recur

//

